

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ

Administração:

NEWTON FRANCISCO NEVES COTRIM

LDO 2026

Responsabilidade Técnica

ORPAM LTDA

Lei nº 437 de 18 de junho de 2025.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGAPORÃ, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com base na legislação pertinente, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de IGAPORÃ, relativo ao exercício de 2026, será elaborado e executado segundo as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º. da Constituição Federal e art. 4º. da Lei Complementar No.101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – As metas E os riscos fiscais;
- III- As diretrizes e estrutura organizacional para a elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - As disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária do Município;
- VI – As disposições relativas à dívida pública municipal;
- VII - As disposições gerais.

Parágrafo Único – Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I - Anexo de Prioridades e Metas;
- II – Anexo de Metas Fiscais composto de:

- a – Demonstrativo de Metas anuais, instruídas com memória e metodologia de cálculo;
- b – avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c – demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- d – evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
- e – origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f – receitas e despesas previdenciárias do regime próprio de Previdência Social – RPPS
- g – Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h – Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

III – Anexo de Riscos Fiscais contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

CAPÍTULO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. – Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º. da Constituição, as metas para o exercício financeiro de 2026 são as constantes no Anexo de Metas que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2026 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas;

§ 1º.- Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria STN No. 699 de 07.07.2023, 14ª edição.

§ 2º.- o Município define como meta fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º.- Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º.- Acompanha esta Lei, relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado de ordem legal ou constitucional, nos termos do art. 9º. § 2º. da Lei Complementar No. 101 de 2000, sendo facultado a inclusão de novas ações.

§ 5º. - As prioridades e metas de que trata o caput poderão ser alteradas, se durante o período de elaboração e apreciação do projeto de Lei Orçamentária para 2026 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, e que contribuam para o atendimento dos objetivos pretendidos pelos programas governamentais.

Art. 3º. – As prioridades para o exercício financeiro de 2026 serão as seguintes:

I – Desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, e para redução das desigualdades e disparidades sociais;

II – A ampliação e modernização da infraestrutura econômica, reestruturação e modernização da base produtiva do Município;

III – a promoção do desenvolvimento voltado à consolidação e ampliação da capacidade produtiva e à conciliação entre a eficiência econômica e a conservação;

IV – O desenvolvimento de uma política ambiental centrada na utilização dos recursos naturais regionais;

V – O desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da Estrutura Administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos;

VI – Desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da receita, com ênfase no cadastramento dos imóveis, e a administração e execução da Dívida Ativa, investindo também, no aperfeiçoamento, informatização, qualificação da estrutura da administração na ação educativa sobre o papel do contribuinte-cidadão;

VII – consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;

VIII – ampliação da capacidade de investimento do Município, através das parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas do governo, de negociação e ampliação do perfil da dívida municipal, e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;

IX – ampliação e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população;

CAPÍTULO II

AS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 4º - As metas fiscais para o exercício de 2026 são as constantes do Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único – As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026, se verificado, quando da sua elaboração, alterações dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da respectiva execução e modificações na legislação e do desempenho da economia, que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 5º - Serão definidos os Riscos Fiscais da Administração Municipal constantes do Anexo de Riscos Fiscais desta Lei, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.

Art. 6º - A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2026, a aprovação e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social integrantes da respectiva lei serão direcionados para:

I – Atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública, conforme previsto nos § 1º, 2º e 3º, do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00;

II – Evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, mediante uma ação planejada e transparente, possibilitando o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;

III – impulsionar a eficiência e economicidade na utilização dos recursos públicos disponíveis e aumentar a eficácia e efetividade dos programas por eles financiados;

IV – Possibilitar o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas;

V – Observância aos limites de pessoal, dívida, aplicação dos recursos de impostos destinados a educação e saúde, e outras determinações legais.

CAPÍTULO III

AS DIRETRIZES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES BÁSICAS

Art. 7º. - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – **Função** – o maior nível de agregação das diversas áreas que competem ao setor público municipal;

II – **Subfunção** – representa uma partição ou detalhamento da função, visando agregar determinado subconjunto do setor público;

III – **Programa** - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – **Atividade** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – **Projeto** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – **Operação especial** – as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII – **Categoria de programação** – a identificação da despesa compreendendo a sua classificação em termos de funções, subfunções programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII – **Órgão** – Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX – **Transposição** – realocação dos recursos orçamentários no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão;

X – **Remanejamento** – realocação das atividades, inclusive dos respectivos programas de trabalho, recursos físicos e orçamentários para outros órgãos;

XI – **Transferência** – o deslocamento das categorias econômicas de despesa dentro de um mesmo órgão e mesmo programa de trabalho;

XII – **Reserva de contingência** – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

XIII – **Passivos contingentes** – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; finanças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV – **Créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV – **Crédito adicional suplementar** – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI – **Crédito adicional especial** – as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contempladas na Lei Orçamentária;

XVII – **Crédito adicional extraordinário** – as autorizações de despesas mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII – **Unidade orçamentária** – consiste em cada um dos órgãos, Secretarias, Entidades, unidades ou Fundos da Administração pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ
GABINETE DO PREFEITO

XIX – **Unidade gestora** – Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX – **Fonte de Recursos** – representa um agrupamento de natureza de receitas ou recursos indicados para realizar despesas;

XXI – **Quadro de detalhamento da despesa (QDD)** – instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXII – **Alteração do detalhamento da despesa** – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa, que não caracterizam como créditos suplementares;

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2026 e na respectiva Lei por programas, projetos, atividades ou operações especiais.

§ 2º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º. As atividades, projetos e operações especiais serão detalhados para especificar a finalidade e os meios necessários à sua execução, devendo a programação da despesa constar na Lei Orçamentária Anual discriminados até a modalidade de aplicação.

§ 4º. Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 8º. – Os Orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação da despesa dos órgãos do município, suas autarquias, fundos, órgãos da administração direta e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º.- O Município aplicará, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos incluídos dos recursos proveniente do FUNDEB na manutenção e desenvolvimento do

ensino, conforme dispõe a Constituição Federal no seu artigo 212, priorizando as metas e estratégias do PME, em conformidade com o Anexo de Prioridades e Metas do PPA, alocadas para o exercício de 2026.

§ 2º. – a aplicação e a prestação de contas do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, observarão as normas contidas na Lei Nº 14.113/2020 e alterações posteriores.

Art. 9º. – Para efeito desta lei, entendem-se como despesas de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica pública aqueles recursos empregados na remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, na aquisição de material didático e no transporte escolar, bem como os utilizados em ações relacionadas à aquisição, manutenção e ao funcionamento das instalações e dos equipamentos necessários ao ensino, uso e manutenção de bens e serviços, dentre outras despesas.

Art. 10 – A Prefeitura manterá junto a uma instituição financeira oficial conta bancária, única e específica, denominada de Manutenção e Desenvolvimento do ensino – MDE.

Art. 11 – Os recursos do MDE inclusive aqueles oriundos dos rendimentos de aplicações financeiras, deverão ser aplicados pelo município no exercício financeiro em que lhes forem creditados, exclusivamente no âmbito de sua atuação prioritária, conforme estabelecido no art. 212 da CRB, ficando vedada a sua utilização:

I – No financiamento de despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, de acordo com o art. 71 da Lei no. 9394/96.

II – como garantia ou contrapartida de operações de crédito, internas ou externas, contraídas pelo município, que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

Parágrafo único – Não será admitida a movimentação na conta única e específica do MDE de recursos estranhos aqueles previstos na legislação pertinente.

Art. 12 – Os recursos do FUNDEB, inclusive aqueles originários de complementação da união, serão utilizados pelo município no exercício financeiro em que lhe forem creditados, em ações consideradas como de

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ
GABINETE DO PREFEITO

manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei No. 9.394/96.

Parágrafo único – Até 10% (dez por cento) dos recursos mencionados no *caput* deste artigo poderão ser aplicados no primeiro trimestre do exercício subsequente aquele em que se deu o crédito, mediante abertura de crédito adicional, vedado pagamento de despesa de exercício anterior – DEA.

Art. 13 – É obrigatória a aplicação de, no mínimo 70% (setenta por cento) das receitas provenientes do Fundo, incluído a complementação da união, quando for o caso, na remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, incluindo-se os encargos sociais decorrentes dessa remuneração.

Art. 14 – Os recursos da conta única e específica do FUNDEB somente poderão ser utilizados nas finalidades previstas em lei.

Parágrafo único – a contabilização dos recursos do FUNDEB obedecerá às normas expedidas em portarias específicas da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 15 – Para efeito da apuração do valor aplicado na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública serão consideradas as despesas pagas e liquidadas até 31 de dezembro de cada exercício, inscritas em restos a pagar, desde que respaldadas em correspondente saldo financeiro.

Parágrafo único – As despesas liquidadas a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser pagas com recursos provenientes:

- I – da conta única e específica do MDE;
- II – da conta bancária, única e específica do FUNDEB.

Art. 16 – O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações destinadas aos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do município, inclusive seus fundos e fundações, para atender às ações de saúde, previdência e assistência social.

§ 1º.- O Município aplicará, no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos a que se refere o art. 156 e d os recursos de que tratam o artigo 158 e alínea b do Inciso I e § 3º., ambos do art.159 da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do art. 7º. da Emenda Constitucional No. 29 de 13 de setembro de 2000.

§ 2º. – A base de cálculo para a apuração do valor mínimo definido no § 1º. a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde conforme estabelecido nos incisos do Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da constituição Federal, é o somatório:

I – do total das receitas de impostos municipais, dívida ativa tributária de impostos, multas e juros de mora e correção monetária sobre a dívida ativa de impostos.

II – do total das receitas de transferências recebidas da União (FPM, ITR, ICMS exportação);

III – das receitas de transferências do Estado (ICMS, IPI, IPVA);

Art. 17 - Consideram despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas de custeio e capital, financiadas pelo Município, relacionadas a programas finalísticos e de apoio que atendam simultaneamente, aos princípios do art. 7º. da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo Único – Além de atender aos critérios estabelecidos neste artigo, as despesas com ações e serviços de saúde, realizados pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio dos respectivos Fundos de Saúde, nos termos do art. 77 §3º. do ADCT.

Art. 18 – A aplicação em ações e serviços públicos de saúde será apurada pelo Tribunal de Contas dos Municípios mediante exame dos processos de pagamento encaminhados mensalmente pelo Gestor, devendo os mesmos encontrar-se necessariamente, cadastrados no sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, os dados e informações da gestão pública municipal.

Parágrafo único – os processos dos restos a pagar liquidados no exercício em análise, deverão ser encaminhadas ao eTCM, juntamente com a documentação de dezembro.

Art. 19 – Para efeito da apuração do valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde, serão consideradas pelo TCM as despesas efetivamente pagas e liquidadas até 31 de dezembro de cada exercício, inscritas em restos a pagar, desde que respaldadas em correspondente saldo financeiro.

Art. 20 – Os recursos aplicados através do Fundo municipal de Saúde serão acompanhados e fiscalizados pelo conselho municipal de Saúde que emitirá parecer a ser enviado ao eTCM juntamente com apresentação de contas anual.

Art. 21 - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ
GABINETE DO PREFEITO

menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais
- II - juros e encargos da dívida
- III - outras despesas correntes
- IV - sentenças judiciais
- V - investimentos
- VI - inversões financeiras
- VII - amortização da dívida
- VIII - outras despesas de capital

Parágrafo único - As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como sendo o de maior nível da classificação institucional.

Art. 22 - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo desta Lei, oriundos do PPA 2026-2029, que será automaticamente atualizado pelas alterações constantes desta Lei, inclusive os respectivos anexos.

SEÇÃO II

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 23 - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo e a respectiva lei serão constituídos de:

- I - Mensagem,
- II - texto da lei;
- III - quadros orçamentários consolidados;
- IV- quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da lei No. 4.320/64.
- V- anexos da receita, despesa e quadro demonstrativos previstos nos artigos 20 a 22, III e IV da Lei 4.320/64.
- VI – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- VII - programação, no orçamento Fiscal, destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino conforme Lei federal 14.113/20;
- VIII - programação do orçamento fiscal dos recursos destinados as ações de saúde.

Parágrafo único - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, serão apresentados conforme disposto no art. 22, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 24 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada de modo a atender a função legislativa bem como as necessidades de manutenção e aperfeiçoamento de sua estrutura administrativa, na forma e conteúdo estabelecidos nesta Lei, devendo ser encaminhada ao Poder Executivo até 31 de julho de 2025, para fins de consolidação na proposta de orçamento do Município.

Parágrafo Único – Os Órgãos da Administração Direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 31 de julho de 2025, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação ao projeto de Lei Orçamentária.

Art. 25 – Para elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo, respeitando a autonomia entre os poderes, ficam destinados os seguintes limites:

I – As despesas com pessoal e encargos sociais observarão ao disposto no artigo desta Lei, bem como o previsto na Emenda Constitucional nº 25/2000.

II – As despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão feitas de acordo com a disponibilidade de recursos, nos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 25/2000 e nº 58/2009.

III – A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 26 – Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados os Quadros de Detalhamento da Despesa QDD`S, relativos aos programas de trabalhos integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Os quadros de Detalhamentos de Despesa deverão discriminar por elemento, os grupos de despesas aprovados por cada categoria de despesa;

§ 2º - Os Quadros de Detalhamentos de Despesas serão aprovados no âmbito do Poder Executivo pelo Prefeito e no âmbito do Poder Legislativo pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 3º - Os Quadros de detalhamentos podem ser alterados por meio de decreto, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, e as modalidades de aplicação, estabelecidos na lei orçamentária ou em créditos suplementares regularmente abertos.

Art. 27 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2026 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único - O controle de custos de que trata o **caput** será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 28 - O Orçamento municipal compreenderá as receitas e despesas abrangendo todas as entidades e órgãos da administração direta ou indireta bem como os fundos e fundações instituídos, mantidos pelo município, de modo a evidenciar as ações e diretrizes do governo, obedecidos na sua elaboração os princípios de anualidade, universalidade e unidade, e na forma definida pela LC 101/00 e Lei 4.320/64.

Art. 29 - O Orçamento será elaborado de forma que haja equilíbrio entre a Receita prevista e a Despesa fixada.

Art. 30 - O Poder Executivo, até 30 dias antes da apresentação da proposta orçamentária, colocará à disposição dos outros poderes e Ministério Público, a previsão da receita, após revisão da metodologia de cálculo para o exercício financeiro de 2026.

Art. 31 - O Total da despesa do Poder Legislativo Municipal obedecerá ao limite de 7% (sete por cento) da Receita Tributária e das transferências previstas no parágrafo 5º. no artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da CF e artigo 2º. da Emenda Constitucional Nº 58 de 23 de setembro de 2009.

Art. 32 - Na proposta orçamentária anual figurará dotação global destinada a constituir a Reserva de Contingência para o ano de 2026 em montante correspondente até 2% da Receita Corrente Líquida projetada para o exercício de 2026, em consonância ao artigo 5º Inciso III da Lei Complementar 101/2000, podendo ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ
GABINETE DO PREFEITO

Art. 33 - As despesas serão fixadas segundo as prioridades dos compromissos de caráter social, financeiro, econômico e as aquisições de bens, serviços e execução de obras do município:

§ 1º - Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

- I - Pessoal e encargos sociais,
- II – Manutenção dos serviços públicos municipais,
- III - serviços da dívida pública municipal,
- IV - Contrapartida de convênios financiamentos

§ 2º - As atividades de manutenção básica terão precedência sobre as atividades que visem a sua expansão.

Art. 34 – A concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuições a entidades de direito público ou privado sem finalidade lucrativa, com capacidade jurídica e regularidade fiscal, visando o custeio de serviços essenciais de assistência social, saúde, cultura, esporte e educação, depende de lei específica e fica vinculada ao estrito cumprimento das normativas de cada política, e observância as legislações que tratam a matéria.

§1º. O pagamento dessas despesas fica condicionado ao cumprimento de exigências legais, inclusive e principalmente, a constante dos artigos 25 e 26 da Lei Complementar 101/2000, e observância da Resolução do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia de nº 1.381/18, alterada pela de nº 1.385/19.

§ 2º. Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º. Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 184 da Lei 14.133/2021 de 01.04.2021 e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 4º. A transferência de recursos a instituições privadas somente será permitida a título de subvenções sociais e contribuições, desde que atenda às exigências constitucionais e legais, inclusive de prévia autorização por lei específica de que trata o art. 26 da LC 101 de 2000.

Art. 35 - Para as entregas de recursos a consórcio públicos deverão ser observados os procedimentos relativos à delegação ou descentralização, da

forma estabelecida nos manuais de contabilidade aplicada ao setor público, em vigor e publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Parágrafo único - A transferência de recursos para consórcio público fica condicionada ao consórcio adotar orçamento e execução de receitas e despesas obedecendo as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades, classificação orçamentária nacionalmente unificada e as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 36 - As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista, e demais empresas que o município detenha a maioria do capital, com direito a voto, somente poderão ser programadas para atender despesas com investimentos e inversões financeiras, depois de atenderem integralmente suas necessidades relativas ao custeio administrativa e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como pagamento de créditos fiduciários reconhecidos pelo município.

Art. 37 – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Art. 38 - As receitas do orçamento da seguridade social, serão as provenientes das transferências do Orçamento Fiscal, as diretamente arrecadadas e as oriundas de convênios e congêneres.

Art. 39 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

§ 1º - O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

§ 2º - serão divulgados na Internet, ao menos:

I - pelo Poder Executivo:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12. § 3º. da Lei Complementar No. 101 de 2000;
- b) a lei orçamentária anual;

Art. 40 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir novos investimentos, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2026-2029, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 41 - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica específica, a votação da parte cuja alteração é proposta.

SEÇÃO III

DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 42 – Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso sejam:

I - compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;

III – sejam relacionadas:

- a) Com correção de erros ou omissões; ou
- b) Com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º - conforme art. 33 da Lei 4.320/64, não se admitirão emendas ao projeto de Lei Orçamentária que visem a:

I – alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta;

II – conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

III – conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;

IV – conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

§ 3º - A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no Projeto de Lei Orçamentária.

§ 4º - A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observado o disposto na Lei Orgânica do Município e no Plano Plurianual.

§ 5º - não serão admitidas emendas aos orçamentos, transferindo dotações cobertas com receitas próprias de Autarquias e Fundos Especiais, para atender a programação a ser desenvolvida por outra entidade, que não aquela geradora dos recursos, e, ainda incluindo quaisquer despesas que não sejam de competência e atribuição do Município.

CAPÍTULO IV

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 43 – Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

§ 1º. - Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

§ 2º. - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 44 – As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2026, com base na despesa média mensal executada até junho de 2025, prevendo-se eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos, observados, além da legislação pertinente em vigor, o limite de que trata a Lei Complementar Nº. 101, de 04 de maio de 2000, para as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único – O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária de 2026, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando os limites do art. 20, Inciso III, e do Art. 21 da Lei Complementar Nº.101/2000.

Art. 45 – Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida estabelecidos no art. 19, Inciso III, da Lei Complementar Nº. 101/2000.

§ 1º. – Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II- relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III- derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º. do art. 57 da Constituição Federal;
- IV– decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

§ 2º. – Para fins deste artigo entende-se receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.

Art. 46 – A repartição dos limites globais do art. 47, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Art. 47 – A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos Arts. 47 e 48 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre, na forma definida na Lei Complementar Nº. 101/2000 nos Art. 19 e 20.

§ 1º. – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder referido no Art. 48 que houver incorrido no excesso:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial

ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – contratação de hora extra, salvo no caso das situações previstas nesta Lei.

§ 2º. – Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes.

Art. 48 – As dotações para atendimento das despesas com a admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do Inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, serão alocados em atividades específicas, inclusive na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para essa finalidade.

Art. 49 – Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no art. 52 desta Lei.

Art. 50 – Todo e qualquer ato que provoque um aumento de despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I – houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º., Inciso I, da Constituição Federal;

II – houver autorização específica em Lei.

Parágrafo único – O disposto no caput compreende entre outras:

I – a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II – a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;

III – a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

CAPÍTULO V

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 51 – O município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

Parágrafo único – A Administração Municipal deverá dispender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 52 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Nº. 101 de 2000.

§ 1º. - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 2º. - O Poder Executivo oferecerá, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de quinze dias, a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos para realizá-la.

Art. 53 – O chefe do Poder Executivo, em caso de necessidade, submeterá à apreciação da Câmara municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária Municipal e adequá-las às normas federais e estaduais e incremento de receita, incluindo:

- I - consolidação da legislação vigente que regula cada tributo de competência do Município;
- II - revisão de isenção e incentivos fiscais;
- III - revisão, simplificação, ajustamento e modernização da legislação tributária municipal;
- IV - revisão das taxas pelo poder de polícia e prestação de serviços;
- V - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;
- VI - aperfeiçoamento no sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos.

§ 1º. – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício anual, observada a legislação vigente.

§ 2º. – A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas até o encerramento do segundo período Legislativo, afim de permitir a sua vigência no exercício subsequente, em obediência ao princípio da anterioridade.

Art. 54 – O incremento da receita tributária deverá ser buscado, mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, a constante atualização do cadastro de contribuintes, utilização de tecnologias modernas da informação como instrumento fiscal e a execução permanente de programa de fiscalização.

Art. 55 – O Poder Executivo, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, poderá desenvolver projetos de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no anexo de metas fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

CAPÍTULO VI

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 56 – O Poder Executivo deverá enquadrar a dívida do Município dentro do planejamento de longo prazo, de modo que ele comprometa o mínimo possível a arrecadação tributária do município, que deve ser destinada a investimentos sociais.

Art. 57 – Para manter a dívida pública em nível aceitável e prudente, evitar-se-á que os gastos excedam as disponibilidades.

Parágrafo Único – Se a dívida ultrapassar os níveis de aceitabilidade e prudência, e enquanto não for reduzida, o montante de gastos realizados deve ser inferior ao das receitas arrecadadas.

Art. 58 – As despesas com o pagamento de precatórios judiciários correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo da Secretaria de Finanças.

Art. 59 – Os precatórios, inclusive aqueles resultantes de decisões da justiça, constarão do orçamento da administração, desde que remetidos até 30 de

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ

GABINETE DO PREFEITO

junho de 2025, à Secretaria de Administração e Planejamento através da procuradoria geral do Município.

Parágrafo único 1º - O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará ao órgão encarregado do Orçamento, até 1º de julho de 2025, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2026, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº. 30/2000, discriminada por órgão da Administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I. Número e data do ajuizamento da ação ordinária;
- II. Número e tipo de precatório;
- III. Tipo de causa julgada;
- IV. Data da atuação do precatório;
- V. Nome do beneficiário;
- VI. Valor a ser pago; e,
- VII. Data do trânsito em julgamento;

Art. 60 – A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61 – A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 62 – A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

- I – ao endividamento público;
- II – ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III – aos gastos com pessoal e encargos sociais;
- IV – à administração e gestão financeira.

Art. 63 – São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no Art. 64 desta Lei:

I – o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;

II – a limitação da dívida pública em níveis aceitáveis e prudentes, assim entendidos os que sejam compatíveis com a capacidade de arrecadação do Município e que propiciem margem de segurança para a absorção e reconhecimento de obrigações imprevistas;

III – a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a finalidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;

IV – a limitação e contenção dos gastos públicos;

V – a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas;

VI – a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos;

Art. 64 – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 65 – O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 66 - Se verificado o comprometimento dos resultados orçamentários pretendido quando da evolução da receita, deverá o Poder Executivo contingenciar dotações na seguinte ordem: investimentos, ações desportivas e culturais e adiantamento para viagem.

Art. 67 - Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no momento em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 68 - Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para entidade privada, registrados, conterão

obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo orçamento no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 69 - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas previstas, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “Inversões financeiras” de cada Poder, sendo adotadas as medidas estabelecidas no art. 9º. e parágrafos da Lei Complementar Nº. 101 de 2000.

§ 1º – Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos;
- II – Serviços da dívida;
- III – decorrentes de financiamentos;
- IV– Decorrentes de convênios;
- V– As sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social;

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo informará ao Poder Legislativo, até o vigésimo terceiro dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 3º – Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo as despesas de convênios e financiamentos, que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 70 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026, através de Decreto, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º. da Lei Complementar Nº. 101 de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º. - O Poder Executivo publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, os anexos do Relatório Resumido da Execução orçamentária.

§ 2º. - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Legislativo Municipal, e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público.

§ 3º. - Até o final dos meses de maio e setembro de 2026 e de fevereiro de 2026, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública no espaço do Legislativo.

Art. 71 - O desembolso dos recursos financeiros ao Poder Legislativo será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimo, em consonância às determinações legais.

Art. 72 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 73 - Os instrumentos de transparência da gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 74 - Para fins do disposto no art. 4º. parágrafo 3º. da Lei complementar Nº. 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, restos a pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/64 e outros passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos.

Art. 75 - Na ocorrência de calamidade pública reconhecida, estarão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas, enquanto perdurar a situação, para recondução da dívida e das despesas com pessoal ao limite exigido.

Art. 76 - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênios com Ministérios, Secretarias Nacionais ou Estaduais, Fundações, Fundos, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Entidades de Personalidade Jurídica de Direito Privado no âmbito Federal, Estadual e Municipal que venham proporcionar no Município, desenvolvimento econômico, social, urbano ou de planejamento.

Art. 77 - Fica o Poder Executivo municipal autorizado a firmar termos de confissão e parcelamento e/ou novação de dívidas com a Coelba, Embasa e Receita Federal.

Parágrafo Único - O Orçamento do município consignará, anualmente os recursos necessários ao atendimento das despesas relativa à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes do parcelamento e quitação de débitos autorizado por esta Lei.

Art. 78 – Fica o Executivo Municipal autorizado a promover remanejamentos, transposições e transferências de saldo entre categorias de programação, órgãos e fonte de recurso, previstos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, de acordo com as necessidades técnicas em virtude da execução orçamentária e financeira.

Parágrafo único – A autorização constante do caput deste artigo está consubstanciada no art. 167, VI da Constituição Federal vigente.

Art. 79 – O Poder Executivo Municipal poderá, ainda, mediante abertura de créditos suplementares, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual ou em leis de créditos adicionais, incluir ou alterar categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicações e fontes de recursos dos projetos, atividades ou operações especiais, constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente respeitados os objetivos das mesmas.

Parágrafo Único - A autorização constante do caput deste artigo está consubstanciada no art. 167, VI, da Constituição Federal vigente.

Art. 80 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária anual de 2026 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2025, a programação dele constante poderá ser executada até a edição da respectiva Lei Orçamentária, na forma originalmente encaminhada ao Poder Legislativo, para atendimento às seguintes despesas:

I – Pessoal e encargos;

II – Serviços da dívida;

III- Utilização de recursos livres do Tesouro Municipal à razão de 1/12 (um doze avos) mês do valor orçado em ações destinadas à manutenção básica dos serviços municipais;

IV – Manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade, principalmente saúde e educação com financiamento específico;

V – Investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;

VI – Contrapartida de convênios especiais e instrumentos similares.

Parágrafo único – Ficam excluídas da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 81 – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual, em seus créditos adicionais e na respectiva execução, observadas as demais diretrizes desta Lei e, visando o controle de custos, o acompanhamento e a avaliação dos resultados da ação de governo, será feita por programa e ação orçamentária, com a identificação da classificação orçamentária da despesa pública.

Art. 82 – Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira com base em índices oficiais.

Art. 83 – Em caso de criação de Secretarias Extraordinárias, conforme legislação municipal pertinente, os projetos e atividades a serem desenvolvidos pela nova Secretaria serão transferidos da Unidade onde estavam sendo desenvolvidos os referidos projetos e atividades, passando esta a se constituir em uma Unidade Orçamentária.

Art. 84 - Esta Lei vigorará de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Igaporã (BA), 18 de junho de 2025.

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição

PROGRAMA: 001 - TRANSFERÊNCIA DE DUODÉCIMO

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.002 - Reequipamento da Câmara de Vereadores

Unidades adquiridas

Proporcionar ao Legislativo melhores instalações e condições de trabalho visando um funcionamento regular e satisfatório.

2.003 - Gestão das Ações Legislativa

Ações desenvolvidas

Fiscalizar e legislar sobre todas as matérias de competência do município.

PROGRAMA: 003 - PROCESSO JUDICIÁRIO

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

2.006 - Indenizações Trabalhistas

Ações gerenciadas

Garantir recursos para cumprir as decisões e custas processuais.

PROGRAMA: 006 - CUSTA JUDICIAL

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

2.010 - Manutenção de Despesas Judiciais

Ações gerenciadas

Garantir recursos para cumprir as decisões e custas processuais.

PROGRAMA: 008 - GABINETE DO PREFEITO

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.013 - Equipamento do Gabinete do Prefeito

Unidades adquiridas

Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.

2.014 - Manutenção da Procuradoria e Assessoria Jurídica

Ações desenvolvidas

Exercer a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídico do município.

2.015 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Ações desenvolvidas

Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição

PROGRAMA: 009 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.016 - Equipamento da Secretaria de Administração

Unidades adquiridas

Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.

2.017 - Manutenção da Secretaria de Administração

Ações desenvolvidas

Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.

2.308 - Manutenção da Controladoria Geral do Município

Ações desenvolvidas

Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.

2.309 - Manutenção da Atividades do Consórcio Público

Ações gerenciadas

Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.

PROGRAMA: 010 - CONTROLE FINANCEIRO

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

2.020 - Manutenção da Tesouraria

Ações desenvolvidas

Aprimorar os procedimentos de administração tributária e contábil buscando maior eficiência e controle do setor

2.023 - Manutenção da Contabilidade

Ações desenvolvidas

Aprimorar os procedimentos de administração tributária e contábil buscando maior eficiência e controle do setor

PROGRAMA: 015 - SELEÇÃO DE PESSOAL

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

2.034 - Realização de Concurso Público / Processo Seletivo

Ações desenvolvidas

Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.

PROGRAMA: 016 - INCREMENTAÇÃO DE RECEITAS

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição	
2.036 - Manutenção do Setor de Tributação	Ações desenvolvidas
Aprimorar os procedimentos de administração tributária e contábil buscando maior eficiência e controle do setor	
PROGRAMA: 018 - IMPRENSA E PUBLICIDADE	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
2.039 - Manutenção do Setor de Imprensa e Publicidade	Ações gerenciadas
Manter condições para divulgação de atos e fatos de interesse da administração.	
PROGRAMA: 022 - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
2.047 - Manutenção da Ordem Pública	Ações desenvolvidas
Oferecer condições de segurança com vistas a melhoria e qualificação dos serviços da guarda municipal para garantir a ordem pública.	
2.048 - Manutenção da Guarda Municipal	Ações desenvolvidas
Oferecer condições de segurança com vistas a melhoria e qualificação dos serviços da guarda municipal para garantir a ordem pública.	
PROGRAMA: 026 - PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
2.055 - Manutenção do Conselho Tutelar	Ações gerenciadas
Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	
2.286 - Gestão das Ações do Fundo Municipal da Infância e da Juventude	Ações desenvolvidas
Fortalecer política pública municipal dos direitos da criança e do adolescente, através de planejamento, monitoramento, avaliação e controle social das ações de proteção integral e o atendimento conforme os marcos legais e normativos vigentes.	
2.315 - Programa Primeira Infância no SUAS - Programa Criança Feliz	Ações desenvolvidas
Promover o apoio e o acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância, bem como apoiar a gestante e a família, colaborando no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias além de mediar o acesso às políticas e serviços públicos de que necessitem	
2.316 - Gestão das Ações do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA	Ações gerenciadas
Fortalecer política pública municipal dos direitos da criança e do adolescente, através de planejamento, monitoramento, avaliação e controle social das ações de proteção integral e o atendimento conforme os marcos legais e normativos vigentes.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição

PROGRAMA: 027 - ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO CARENTE

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.056 - Equipamento do FMAS

Unidades adquiridas

Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.

2.057 - Gestão Administrativa do FMAS

Famílias

Garantir os mínimos sociais, promover a universalização dos direitos, o provimento de condições para atender contingências, reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições, a proteção de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco e de ameaça ou violação dos direitos.

2.294 - Execução de Emendas Parlamentares para Assistência Social

Ações desenvolvidas

Fortalecer o controle social com apoio técnico, infraestrutura, recursos materiais, humanos e financeiros, arcando com as despesas inerentes ao seu funcionamento para o exercício pleno do controle social e participação popular na política pública de assistência social.

2.297 - Gestão de Benefícios Eventuais

Ações desenvolvidas

Restaurar a segurança social de indivíduos e famílias em situação de insegurança, que foram acometidas por um evento ou uma contingência, que ocasionou ou agravou uma situação de vulnerabilidade social.

2.301 - Bloco da Proteção Social Especial

Ações desenvolvidas

Assegurar proteção social imediata e especializada a indivíduos ou famílias em situação de ameaça de risco pessoal e social ou de violência e violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários estejam fragilizados ou rompidos para potencializar a capacidade protetiva e favorecer a reparação visando a integridade física mental e social

2.303 - Gestão do Conselho Municipal de Assistência Social

Ações gerenciadas

Acompanhar e supervisionar os registros transferidos e a aplicação dos recursos.

2.317 - Bloco da Proteção Social Básica

Ações desenvolvidas

Incrementar temporariamente as transferências regulares para fins de custeio da rede de serviços da proteção social básica e especial.

2.320 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCAD-SUAS

Ações desenvolvidas

Qualificar e fortalecer o cadastro único como tecnologia social de identificação de famílias em situação de vulnerabilidade a partir da correção das distorções na sua base de dados, criando oportunidade para o acesso aos serviços, benefícios e programas sociais a pessoas que necessitam da assistência social e outras políticas públicas, mas que ainda estão fora do cadastro único ou estão com dados desatualizados.

2.321 - Gestão Descentralizada do SUAS-IGDSUAS

Ações desenvolvidas

Garantir um padrão de qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais conforme preconiza os marcos regulatórios da assistência social e considerando ainda a capacidade instalada no município.

2.323 - Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família

Ações desenvolvidas

Manter a qualidade das informações no cadastro único, das famílias inscritas a serem inseridas, para potencial inclusão em programas sociais e elaboração de políticas públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição	
2.327 - Fortalecimento do Controle Social (CMAS)	Ações desenvolvidas
Fortalecer o controle social com apoio técnico, infraestrutura, recursos materiais, humanos e financeiros, arcando com as despesas inerentes ao seu funcionamento para o exercício pleno do controle social e participação popular na política pública de assistência social.	
2.328 - Gestão das Ações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Ações gerenciadas
Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.	
2.329 - Gestão das Ações do Conselho Municipal do Idoso	Ações gerenciadas
Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.	
PROGRAMA: 028 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
2.060 - Contribuição ao PASEP	Ações gerenciadas
Manter atualizados as responsabilidades da Prefeitura com os Institutos de previdência.	
PROGRAMA: 032 - MELHORIA DA SAÚDE PÚBLICA	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
1.072 - Construção, Ampliação, reforma e Equipamento de Unidades da Atenção Primária	Unidades construídas, reformadas e ampliadas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
1.074 - Aquisição de veículos e Unidade Móvel para Atenção Primária	Veículos adquiridos
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
1.087 - Construção de Centro de atendimento de especialidades médica	Unidades construídas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
1.259 - Construção de Academia de Saúde	Unidades construídas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
2.064 - AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA - PANDEMIA	Ações desenvolvidas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição	
2.065 - Gestão das Ações da Atenção Primária	Ações desenvolvidas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
2.066 - Gestão das Ações de Vigilância em Saúde	Ações desenvolvidas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
2.067 - Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - ACS	Ações desenvolvidas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
2.069 - Gestão das Ações da Assistência Farmacêutica	Ações gerenciadas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
2.070 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde	Ações desenvolvidas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
2.289 - Gestão de Outros Programas do Fundo a Fundo - Primária	Ações desenvolvidas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
2.299 - Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	Ações gerenciadas
Acompanhar e supervisionar os registros transferidos e a aplicação dos recursos.	
2.311 - Manutenção da Atividades do Consórcio Público	Ações gerenciadas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	

PROGRAMA: 033 - MELHORIA DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
1.073 - Construção, Ampliação, Reforma e Equipamento da Atenção Especializada	Unidades construídas, reformadas e ampliadas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
1.075 - Aquisição de Veículos e Unidade Móvel para Atenção Especializada	Veículos adquiridos
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição	
2.071 - Gestão das Ações da Atenção Especializada - MAC	Ações desenvolvidas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
2.260 - Gestão de Outros Programas do Fundo a Fundo - Especializada	Ações desenvolvidas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
PROGRAMA: 042 - REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
1.091 - Construção, ampliação e reforma de Unidades Escolares	Unidades construídas, reformadas e ampliadas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
1.092 - Equipamento do Ensino Fundamental	Unidades adquiridas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
1.093 - Construção, ampliação e reforma de Unidades Escolares - FUNDEB	Unidades construídas, reformadas e ampliadas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
1.094 - Equipamento da Educação Básica - FUNDEB	Unidades adquiridas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
1.258 - Aquisição de Transporte Escolar	Veículos adquiridos
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
2.095 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%	Ações desenvolvidas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
2.096 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 30%	Ações desenvolvidas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
2.097 - Manutenção do Transporte Escolar	Ações gerenciadas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição	
2.098 - Manutenção do Ensino Básico	Ações desenvolvidas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
2.099 - Programa Dinheiro Direto na Escola	Ações gerenciadas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
2.100 - Programa de Alimentação Escolar	Ações gerenciadas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
2.101 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	Ações desenvolvidas
Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda população carente do município e a diminuição das desigualdades.	
2.104 - Programa Nacional Saúde na Escola - PNSE	Ações desenvolvidas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
2.295 - Outros Programas do FNDE	Ações desenvolvidas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
2.305 - Manutenção do Conselho Municipal de Educação	Ações desenvolvidas
Acompanhar e supervisionar os registros transferidos e a aplicação dos recursos.	
2.330 - Gestão das Ações da Secretaria Municipal de Educação	Ações desenvolvidas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
2.331 - Gestão das Ações da ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL - ETI	Ações desenvolvidas
Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.	
PROGRAMA: 045 - INCENTIVO AO ENSINO SUPERIOR	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
2.106 - Formação Continuada ao Profissional de Magistério - Ensino Superior	Ações desenvolvidas
Desenvolver ações de incentivo que possibilitem o acesso da população escolarizável de baixa renda ao ensino médio e superior.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição

PROGRAMA: 046 - CAPACITAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.107 - Construção, reforma e Equipamento de Creches

Unidades construídas, reformadas e ampliadas

Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividade que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual.

2.093 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB 70%

Ações desenvolvidas

Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.

2.094 - Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB 30%

Ações desenvolvidas

Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.

2.235 - Formação Continuada ao Profissional de Magistério - Ensino Superior

Ações desenvolvidas

Formação, profissionalização e capacitação do servidor.

PROGRAMA: 050 - INCENTIVO À CULTURA DA POPULAÇÃO

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.265 - Reforma do Centro Cultural

Unidade reformada

Assegurar a proteção, preservação e revitalização do patrimônio cultural, histórico, artístico, ampliando os níveis e padrões de intervenção e conscientização patrimonial , fortalecer a identidade cultural

1.268 - Constr. Memorial histórico e restauração de imóveis históricos

Unidade construído e restaurado

Assegurar a proteção, preservação e revitalização do patrimônio cultural, histórico, artístico, ampliando os níveis e padrões de intervenção e conscientização patrimonial , fortalecer a identidade cultural

2.116 - Manutenção de Biblioteca Pública

Ações gerenciadas

Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática da cidadania.

2.117 - Comemoração de Festividades

Ações desenvolvidas

Assegurar a proteção, preservação e revitalização do patrimônio cultural, histórico, artístico, ampliando os níveis e padrões de intervenção e conscientização patrimonial , fortalecer a identidade cultural

2.302 - Gestão das Ações do Fundo de Cultura do Estado da Bahia - FCBA

Ações desenvolvidas

Assegurar a proteção, preservação e revitalização do patrimônio cultural, histórico, artístico, ampliando os níveis e padrões de intervenção e conscientização patrimonial , fortalecer a identidade cultural



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição	
2.307 - Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo	Ações desenvolvidas
Assegurar a proteção, preservação e revitalização do patrimônio cultural, histórico, artístico, ampliando os níveis e padrões de intervenção e conscientização patrimonial , fortalecer a identidade cultural	
2.324 - Gestão das Ações de Apoio Audiovisual - Lei Paulo Gustavo Art 6º inciso I, II, III - Lei 195/2022	Ações desenvolvidas
Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática da cidadania.	
2.325 - Gestão das Ações de demais áreas culturais - Lei Paulo Gustavo Art 8º - Lei 195/2022	Ações desenvolvidas
Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática da cidadania.	
2.326 - Gestão da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	Ações desenvolvidas
Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática da cidadania.	

PROGRAMA: 052 - PLANEJAMENTO URBANO

AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
1.120 - Aquisição de Veículos e Equipamento	Veículos adquiridos
Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	
1.121 - Pavimentação de Logradouros	Ruas pavimentadas
Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	
1.122 - Abertura de Ruas Av. e Desapropriações	Ações gerenciadas
Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	
1.131 - Constr. e ampliação de obras publicas	Unidades construídas e ampliadas
Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	
1.269 - Implantação de Energia Solar	Unidade implantada
Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	
2.123 - Gestão das ações de Infra Estrutura e Serviços Públicos	Ações desenvolvidas
Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição

2.306 - Manutenção das Atividades do Consórcio Público

Ações desenvolvidas

Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.

PROGRAMA: 053 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.125 - Construção e Ampliação de Cemitérios

Unidades construídas

Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.

1.127 - Construção, ampliação e reforma de Praças e Jardins

Unidades construídas, reformadas e ampliadas

Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.

2.126 - Manutenção de Cemitérios

Ações desenvolvidas

Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.

2.130 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública

Ações desenvolvidas

Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.

2.304 - Manutenção da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil-COMDEC

Ações desenvolvidas

Promover ações de educação ambiental visando conscientizar os diversos agentes sociais no sentido de consolidar práticas de conduta que promovam a cidadania e a preservação do meio ambiente.

PROGRAMA: 056 - MELHORIA HABITACIONAL

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.132 - Melhorias Habitacionais e Sanitárias Domiciliares

Famílias

Elevar a qualidade de vida da população de baixa renda do município, através de implantação de melhorias residenciais e sanitárias urbana e rural.

PROGRAMA: 058 - SANEAMENTO GERAL

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.134 - Saneamento Básico

Unidade implantada

Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição	
1.138 - Impl. Ampliação e equip. Serviço de Abastecimento de Água	Unidade implantada
Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.	
1.142 - Constr. Ampl.Ref.Edif.da Administração - SAAE	Unidades construídas e ampliadas
Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.	
1.143 - Ampl. Reforma e Reaparelh.Sistema de Água - SAAE	Unidades ampliadas
Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.	
1.267 - Adequação e requalificação do Aterro Sanitário	Unidade implantada
Melhorar a qualidade de vida da população, mediante intervenções integradas em saneamento, oferta de infraestrutura e melhoria dos serviços públicos	
2.141 - Manutenção da Rede de Abastecimento de Água	Ações desenvolvidas
Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.	
2.145 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SAAE	Ações desenvolvidas
Melhorar a qualidade de vida da população, mediante intervenções integradas em saneamento, oferta de infraestrutura e melhoria dos serviços públicos	
2.146 - Operação e Manut. Sistema de Água - SAAE	Ações desenvolvidas
Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.	
2.147 - Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto - SAAE	Ações desenvolvidas
Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.	

PROGRAMA: 059 - PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.254 - Projeto de Revitalização das Matas Ciliares

Ações desenvolvidas

Desenvolver ações voltadas para gestão ambiental, permitindo que os processos produtivos se tornem cada vez mais eficientes e ambientalmente corretos.

PROGRAMA: 067 - INCENTIVO A ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição	
1.263 - Implantação de Projeto de Hortas Comunitárias, Apicultura e Piscicultura	Unidade implantada
Desenvolver ações voltadas para os pequenos e médios produtores, melhorando o aproveitamento da produção e modernizando os processos de comercialização.	
PROGRAMA: 070 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
1.156 - Reforma, ampliação e equip. do mercado municipal	Unidades construídas, reformadas e ampliadas
Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação e manutenção de ações integradas contemplando mercados, feiras, matadouro, açudes, barragens e poços artesianos.	
1.158 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas	Máquinas e equipamentos adquiridos
Incentivar a participação dos mini e pequenos produtores através de Associações para implantação de ações, visando a melhoria da produtividade agropecuária, hortifrutigranjeiros e projetos de irrigação.	
2.154 - Aquisição de Sementes e mudas para distribuição	Ações desenvolvidas
Incentivar a participação dos mini e pequenos produtores através de Associações para implantação de ações, visando a melhoria da produtividade agropecuária, hortifrutigranjeiros e projetos de irrigação.	
2.157 - Manutenção de Mercados e Feiras	Ações desenvolvidas
Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação e manutenção de ações integradas contemplando mercados, feiras, matadouro, açudes, barragens e poços artesianos.	
2.161 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Ações desenvolvidas
Promover ações de educação ambiental visando conscientizar os diversos agentes sociais no sentido de consolidar práticas de conduta que promovam a cidadania e a preservação do meio ambiente.	
2.310 - Manutenção da Atividades do Consórcio Público	Ações gerenciadas
Incentivar a participação dos mini e pequenos produtores através de Associações para implantação de ações, visando a melhoria da produtividade agropecuária, hortifrutigranjeiros e projetos de irrigação.	
PROGRAMA: 071 - MELHORIA DOS RECURSOS HÍDRICOS	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
1.159 - Construção de Açudes, Tanques e Barragens	Unidades construídas
Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação e manutenção de ações integradas contemplando mercados, feiras, matadouro, açudes, barragens e poços artesianos.	
1.160 - Abertura e equipamento de Poços Tubulares	Unidades implantadas e equipadas
Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação e manutenção de ações integradas contemplando mercados, feiras, matadouro, açudes, barragens e poços artesianos.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição	
1.161 - Captação de Água das chuvas através de Cisternas	Unidade implantada
Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação e manutenção de ações integradas contemplando mercados, feiras, matadouro, açudes, barragens e poços artesianos.	
PROGRAMA: 072 - APOIO A PROGRAMAS DE IRRIGAÇÃO	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
1.262 - Implantação de Sistema de Irrigação Coletiva	Unidade implantada
Desenvolver ações voltadas para os pequenos e médios produtores, melhorando o aproveitamento da produção e modernizando os processos de comercialização.	
PROGRAMA: 075 - INCENTIVO A PEQUENAS INDUSTRIAIS	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
1.167 - Implantação de Pequenas Indústrias	Unidade implantada
Implantação de ação visando a expansão do comércio e serviços no município.	
PROGRAMA: 087 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
1.187 - Melhorias da Rede de Iluminação Pública	Ações desenvolvidas
Melhorar a qualidade de vida da população, mediante intervenções integradas em saneamento, oferta de infraestrutura e melhoria dos serviços públicos	
2.188 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública	Ações desenvolvidas
Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do município através da implantação de um conjunto de ações de infraestrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.	
PROGRAMA: 091 - MELHORIA DA REDE RODOVIÁRIA	
AÇÕES - (Código / Descrição)	Produto
1.193 - Construção de Estradas, Drenagem, Pontes e Pontilhões	Unidades construídas
Expansão e melhoramento do sistema viário do município, assegurando à população boas condições de tráfego e escoamento da produção.	
2.197 - Manutenção e conservação de Estradas e Pontes	Ações desenvolvidas
Expansão e melhoramento do sistema viário do município, assegurando à população boas condições de tráfego e escoamento da produção.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

Praça Bernardo de Brito - CENTRO

CNPJ: 13.811.484/0001-09 - CEP: 46.490-000 - IGAPORA - BA

PRIORIDADES E METAS - Objetivos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): 2026

Código - Descrição

PROGRAMA: 096 - INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.207 - Constr. e Reforma de Quadras, Ginásio Esportes, Estádio, Pças.Esportes e C.Futebol

Unidades construídas, reformadas e ampliadas

Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática da cidadania.

1.261 - Reforma do Parque da Cidade

Unidade reformada

Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática da cidadania.

2.211 - Manutenção do Desporto Amador

Ações desenvolvidas

Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática da cidadania.

2.298 - Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer

Ações desenvolvidas

Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática da cidadania.

PROGRAMA: 099 - PAGAMENTO DA DÍVIDA INTERNA

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

1.217 - Amortização da Dívida Contratada

Ações gerenciadas

Manter atualizados as responsabilidades da Prefeitura com os Institutos de previdência.

2.219 - Pagamentos de Encargos Financeiros

Ações gerenciadas

Garantir recursos para manter a dívida do município atualizada.

PROGRAMA: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

AÇÕES - (Código / Descrição)

Produto

9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ações gerenciadas

Reserva de contingência

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Anexo de Metas Fiscais, conforme disposto na Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, tem por finalidade o estabelecimento de metas anuais, em valores correntes e constantes, para as receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida pública para o exercício financeiro de 2026 e os dois subsequentes.

A fixação de metas de resultado primário tem por objetivo assegurar a solvência da dívida pública como parte do processo de uma política fiscal voltada à gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a garantir volume de recursos suficientes para honrar o serviço da dívida pública sem sacrificar a continuidade dos investimentos e dos serviços públicos colocados à disposição da população.

Baseado nos pressupostos técnicos exigidos pelo art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e em conformidade com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª edição, elaborado e publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram adotados os devidos critérios para que o estabelecimento das metas fiscais do município contemplasse as perspectivas reais de arrecadação e aplicação de recursos da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026 e os dois exercícios financeiros subsequentes.

1. MEMÓRIA E METODOLOGIA DOS CÁLCULOS

Em atendimento ao disposto no Inciso II, §2, do art. 4º da LRF, que determina a obrigatoriedade de os demonstrativos de metas anuais serem instruídos com

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ

a memória e a metodologia de cálculo para evidenciar como tais valores foram obtidos, apresenta-se a seguir a metodologia e os critérios aplicados na projeção das metas fiscais.

1.1 PROJEÇÃO DA RECEITA

Os cálculos das metas foram elaborados considerando-se o cenário macroeconômico esperado para o triênio 2026 a 2028 que foram premissa para cálculo da estimativa de receita e, a partir dela, para fixação das metas a ela relacionadas, em especial a fixação da despesa total, para posterior distribuição para cobertura das despesas de caráter obrigatório e demais gastos necessários à manutenção dos serviços públicos e de sua expansão, assim como os investimentos.

Os principais parâmetros observados estão contidos no quadro a seguir:

PLDO – PROJEÇÕES DE PARÂMETROS				
	2025	2026	2027	2028
PIB Brasil Anual %	1,98%	1,61%	2,0%	2,0%
PIB Municipal – IBGE Valores projetados	202,102,	1,98,	2,00	2,00
Inflação IPCA	5,83%	6,83%	7,83%	8,83%
Taxa de Juros (Selic)	15,00%	12,50%	10,50%	10,50%
Salário Mínimo	1.518	1.627	1.676	1.772

Conforme regra estabelecida no texto do Projeto de Lei ora submetido à apreciação dessa Casa Legislativa, os valores das metas fiscais de receitas e despesas e dos indicadores econômicos deverão ser objeto de reavaliação quando da elaboração da Lei Orçamentária, inclusive, motivada pela divulgação dos parâmetros econômicos projetados pelo Governos Federal e Estadual nos seus respectivos PLDO 2026.

Além do cenário macroeconômico, de modo geral, as receitas para os exercícios de 2026 a 2028 foram estimadas considerando-se a manutenção do comportamento histórico da arrecadação municipal, associado as ações em curso e as futuras que podem viabilizar a manutenção da geração de receitas, sobretudo a arrecadação tributária, traduzindo-se no esforço fiscal esperado.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ

2.1.2 MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA

LEI DE DIRETRIZES OÇAMENTÁRIAS
 MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA
 2026

R\$ 1

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		LOA	PROJETADA		
		2023	2024	2025	2026	2027	2028
1.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	74.029.410,26	87.266.036,70	115.602.054,00	122.341.653,75	130.697.588,73	140.931.209,93
1.1.0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.395.674,33	4.950.149,43	7.557.990,00	7.998.620,83	8.544.926,58	9.213.994,33
1.2.0.0.00.0.0	Contribuições		45.668,40	194.500,00	205.839,35	219.898,17	237.116,20
1.3.0.0.00.0.0	Receita Patrimonial	169.533,94	352.006,71	717.088,00	758.894,23	810.726,70	874.206,60
1.5.0.0.00.0.0	Receita Industrial			3.500,00	3.704,05	3.957,04	4.266,88
1.6.0.0.00.0.0	Receitas de Serviços	2.228.818,25	2.345.223,37	3.223.520,00	3.411.451,22	3.644.453,34	3.929.814,04
1.7.0.0.00.0.0	Transferências Correntes	66.053.493,10	77.692.740,89	103.531.042,00	109.566.901,75	117.050.321,16	126.215.361,31
1.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes	181.890,64	1.880.247,90	374.414,00	396.242,32	423.305,74	456.450,57
2.0.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	858.127,35	5.269.871,88	9.577.900,00	10.136.291,57	10.828.600,27	11.676.479,67
2.1.0.0.00.0.0	Operações de Crédito			4.020.000,00	4.254.366,00	4.544.939,20	4.900.807,94
2.2.0.0.00.0.0	Alienação de Bens			35.900,00	37.992,97	40.587,89	43.765,92
2.4.0.0.00.0.0	Transferências de Capital	858.127,35	5.269.871,88	5.522.000,00	5.843.932,60	6.243.073,18	6.731.905,81
7.0.0.0.00.0.0	RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	27.000,00	28.574,10	30.525,70	32.915,86
7.6.0.0.00.0.0	Receitas de Serviços - Intra			26.000,00	27.515,80	29.395,12	31.696,76
7.7.0.0.00.0.0	Transferências Correntes			1.000,00	1.058,30	1.130,58	1.219,10
9.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES	-7.111.758,29	-8.014.529,16	-10.791.454,00	-11.420.595,77	-12.200.622,45	-13.155.931,19
	TOTAL GERAL DA RECEITA	67.775.779,32	84.521.379,42	114.415.500,00	121.085.923,65	129.356.092,25	139.484.674,27

As previsões de algumas receitas específicas, a exemplo das Transferências de Capital, observaram critérios relacionados à sua própria essência. Assim, os valores projetados a título de Transferências de Capital estão relacionados a prováveis recebimentos de transferências de recursos da União e do Estado com a finalidade de constituição ou aquisição de um bem de capital, substancialmente relativas a convênios e contratos celebrados e a celebrar.

As receitas previstas foram ajustadas com base nos valores apresentados já considerando as deduções referente as contribuições retidas em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB.

2.2 PROJEÇÃO DA DESPESA

Para a projeção da despesa do triênio 2026 – 2028 foram estabelecidas as seguintes premissas: atendimento das despesas de caráter obrigatório, tais

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ

como pessoal e encargos, serviço da dívida, precatórios e obrigações tributárias e contributivas, as despesas correntes, com preponderância nos gastos de custeio dos serviços públicos, o montante reservado aos investimentos na forma de contrapartida de operações de crédito e transferências de capital a serem contratadas.

A despesa de pessoal projetada abrange os servidores ativos e inativos, e seu aumento em relação ao exercício anterior contempla o crescimento vegetativo da própria folha e a atualização dos valores de acordo com o índice de inflação projetado, sendo ainda considerado o impacto da elevação da remuneração dos servidores que tem vencimento básico equivalente ao salário mínimo nacional e, possível expansão do quadro funcional em virtude de novas contratações.

A projeção da despesa com serviço da dívida foi calculada de acordo com as previsões de amortização e aplicação de encargos das dívidas já contratadas e naquelas a contratar, considerando os índices de atualização estipulados nos contratos.

Para projeção das outras despesas correntes, considerando a preponderância do custeio administrativo e operacional das atividades de prestação dos serviços públicos, adotou-se como parâmetros os contratos de manutenção e os recursos necessário ao funcionamento regular da administração municipal além do esforço da redução dos custos e serviços contratados, em continuidade à política austera implantada no Município em busca de ganhos de eficiência.

Foram também consideradas as despesas de manutenção e operação dos novos serviços ofertados e dos que serão expandidos, produto da política de investimento, notadamente na área de saúde, educação e nas atividades inerentes à manutenção de infraestrutura e equipamentos públicos e serviços urbanos.

2.2.2 MEMÓRIA DE CÁLCULO DESPESA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ

As metas anuais das despesas do município foram calculadas a partir da execução orçamentária dos exercícios financeiros de 2022, 2023, 2024 e da despesa autorizada na Lei Orçamentária de 2025, conforme especificado na tabela a seguir:

LEI DE DIRETRIZES OÇAMENTÁRIAS
 MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA
 2026

R\$ 1

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	EXECUTADA		LOA	PROJETADA		
		2023	2024	2025	2026	2027	2028
3.0.0.0.00.0.0	DESPESAS CORRENTES	69.362.407,75	67.420.454,88	95.059.045,00	100.600.987,32	107.472.034,76	115.887.095,09
3.1.0.0.00.0.0	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.240.418,04	30.700.483,78	43.399.623,00	45.929.821,02	49.066.827,80	52.908.760,42
3.2.0.0.00.0.0	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.131,06	1.550,03	8.000,00	8.466,40	9.044,66	9.752,86
3.3.0.0.00.0.0	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.118.858,65	36.718.421,07	51.651.422,00	54.662.699,90	58.396.162,30	62.968.581,81
4.0.0.0.00.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	6.003.242,94	6.376.811,67	19.240.455,00	20.362.173,53	21.752.909,98	23.456.162,83
4.4.0.0.00.0.0	INVESTIMENTOS	3.877.214,37	4.230.761,81	16.821.455,00	17.802.145,83	19.018.032,39	20.507.144,33
4.5.0.0.00.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS			1.000,00	1.058,30	1.130,58	1.219,10
4.6.0.0.00.0.0	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.126.028,57	2.146.049,86	2.418.000,00	2.558.969,40	2.733.747,01	2.947.799,40
7.0.0.0.00.0.0	INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	16.000,00	16.932,80	18.089,31	19.505,70
7.1.0.0.00.0.0	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			16.000,00	16.932,80	18.089,31	19.505,70
7.6.0.0.00.0.0	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
9.0.0.0.00.0.0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00	105.830,00	113.058,20	121.910,65
TOTAL GERAL DA DESPESA		75.365.650,69	73.797.266,55	114.415.500,00	121.085.923,65	129.356.092,25	139.484.674,27

2.3 METAS ANUAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado Primário indica se os níveis de gastos orçamentários do município são compatíveis com as receitas arrecadadas. Evidencia, portanto, se as RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (Receitas Fiscais) são suficientes para atender as DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (Despesas Fiscais).

Em cumprimento ao inciso II do parágrafo 2º, art. 4º da LRF, foi realizado o cálculo do resultado primário, adotando-se a seguinte metodologia:

- Os dados referentes as receitas e despesas foram extraídas das metas estabelecidas para as mesmas, conforme elucidado nos itens 2.1 e 2.2.
- Na determinação da meta do **Resultado Primário** pretendida, levou-se em consideração a relação entre a Dívida Consolidada *versus* RCL- Receita Corrente Líquida, bem como as parcelas de amortização da dívida, programadas para 2026 e os 02 (dois) exercícios financeiros subsequentes.

- c) O cálculo da Meta de Resultado Primário correspondeu diferença entre receitas e despesas primárias ou fiscais. Esse conceito tem lastro no Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª edição, que define as receitas primárias como sendo o total das receitas orçamentárias deduzidas das receitas correntes oriundas de aplicações financeiras e, demais receitas correntes de ordem financeira, bem como as receitas de capital referentes a operações de crédito, amortização de empréstimos, alienação de investimentos e demais receitas de capital não primárias.

2.4 METAS ANUAIS DE RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal representa a variação da dívida fiscal líquida do ente, constitui um indicador da necessidade de financiamento do setor público. Os cálculos das metas anuais relativas ao referido indicador foram efetuados em conformidade com metodologia estabelecida pelo Governo Federal e normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

2.5 METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Dívida Pública Consolidada é o montante total apurado:

- a) das obrigações financeiras do município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- b) das obrigações financeiras município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, que embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- c) dos precatórios judiciais emitidos a partir de 05 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ-BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais: Possíveis Ações Judiciais.	95.000,00	Abertura de crédito adicional a partir do remanejamento da reserva de contingência.	353.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas: Assistência devida a estiagem prolongada se houver.	140.000,00		
Outros Passivos Contingentes	118.000,00		
SUBTOTAL	353.000,00	SUBTOTAL	353.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação: Em função das incertezas diante do atual cenário econômico, a receita ora projetada poderá sofrer frustrações durante o transcorrer do exercício que se projeta.		Limitação de empenho e movimentação Financeira Conforme Art. 66, do projeto da LDO.	
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	353.000,00	TOTAL	353.000,00

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026



AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	121.085.923,65	133.866.135,00	92.365,000	109,14	129.356.092,24	153.276.724,58	99.223,540	109,14	139.484.674,26	174.413.584,89	97.425,745	109,14
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	116.034.670,45	128.281.739,04	97.045,000	104,58	123.959.838,44	146.882.591,20	93.844,181	104,58	133.665.893,79	167.137.700,53	99.379,181	104,58
Receitas Primárias Correntes	110.190.737,85	121.820.999,04	93.785,000	99,32	117.716.765,25	139.485.043,90	96.524,523	99,32	126.933.987,96	158.720.031,45	98.796,394	99,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.998.620,83	8.842.848,30	92.083,000	7,21	8.544.926,63	10.125.061,30	92.663,275	7,21	9.213.994,39	10.125.061,30	92.663,275	7,21
Transferências Correntes	98.146.305,98	108.505.317,96	93.598,000	88,46	104.849.698,68	124.238.589,06	99.867,845	88,46	113.059.430,08	124.238.589,06	99.867,845	88,46
Demais Receitas Primárias Correntes	3.838.913,39	4.244.097,78	91.339,000	3,46	4.101.111,17	4.859.491,96	11.117,453	3,46	4.422.228,18	4.859.491,96	11.117,453	3,46
Receitas Primárias de Capital	5.843.932,60	6.460.740,00	93.260,000	5,27	6.243.073,20	7.397.547,30	97.319,658	5,27	6.731.905,83	8.417.669,07	90.582,787	5,27
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	121.085.923,65	133.866.135,00	92.365,000	109,14	129.356.092,24	153.276.724,58	99.223,536	109,14	139.484.674,26	174.413.584,89	97.425,723	109,14
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	118.518.487,85	131.027.715,00	98.785,000	106,82	126.613.300,57	150.026.733,68	93.057,022	106,82	136.527.122,00	170.715.420,25	122.000,471	106,82
Despesas Primárias Correntes	100.609.453,73	111.228.442,65	95.373,000	90,68	107.481.079,42	127.356.566,83	97.941,981	90,68	115.896.847,94	144.919.037,40	94.793,827	90,68
Pessoal e Encargos Sociais	45.929.821,02	50.777.558,91	92.102,000	41,40	49.066.827,80	58.140.304,95	92.779,570	41,40	52.908.760,41	66.157.853,00	76.041,207	41,40
Outras Despesas Correntes	54.679.632,71	60.450.883,74	93.271,000	49,28	58.414.251,62	69.216.261,88	25.162,411	49,28	62.988.087,53	78.761.184,40	98.752,620	49,28
Despesas Primárias de Capital	17.803.204,12	19.682.272,35	20.412,000	16,05	19.019.162,96	22.536.201,84	16.296,141	16,05	20.508.363,42	25.643.944,07	36.342,124	16,05
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-2.483.817,40	-2.745.975,96	91.740,000	-2,24	-2.653.462,13	-3.144.142,47	93.737,359	-2,24	-2.861.228,21	-3.577.719,72	92.821,290	-2,24
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	41.250.963,21	48.263.626,96	96.321,000	37,18	44.068.404,00	55.261.852,86	40.399,724	37,18	47.518.960,03	62.882.462,37	96.003,022	37,18
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	50.382.793,51	58.947.868,41	79.351,000	45,41	53.823.938,31	67.495.309,33	93.830,673	45,41	58.038.352,68	76.802.912,48	95.267,615	45,41
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-2.483.817,40	-2.745.975,96	91.740,000	-2,24	-2.653.462,13	-3.144.142,47	93.737,359	-2,24	-2.861.228,21	-3.577.719,72	92.821,290	-2,24

FONTE: Sistema: Sistema CONTÁBIL, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ, Data de Emissão: 15/04/2025 e hora de emissão 07:43:56.

RS 1,00

Parâmetros	2026	2027	2028
PIB Nominal	1,98	2,00	2,00
Receita Corrente Líquida - RCL	110.949.632,08	118.527.491,98	127.808.194,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026



AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor	%
							(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	109.854.800,00	0,5859	1,23	84.521.379,42	0,4231	1,06	-25.333.420,58	-23,06
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	109.266.190,00	0,5662	1,19	84.169.372,71	0,4231	1,06	-25.096.817,29	-22,97
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	109.854.800,00	0,5650	1,18	73.797.266,55	0,5128	1,09	-36.057.533,45	-32,82
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	107.633.800,00	0,5527	1,15	71.649.666,66	0,5028	1,09	-35.984.133,34	-33,43
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	1.632.390,00	0,0135	0,03	12.519.706,05	0,0203	0,46	10.887.316,05	666,96
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	47.008.566,66	0,2325	0,48	47.014.208,37	0,2370	0,59	5.641,71	0,01
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	41.756.396,78	0,2066	0,43	41.761.408,15	0,2105	0,53	5.011,37	0,01
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.632.390,00	0,0135	0,03	12.519.706,05	0,0203	0,46	10.887.316,05	666,96

FONTE: Sistema: Sistema CONTÁBIL, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ, Data de Emissão: 15/04/2025 e hora de emissão 07:46:00.

RS 1,00

Parâmetros	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024
PIB Nominal	202.102.901,00	198.334.545,00
Receita Corrente Líquida - RCL	97.166.900,00	79.251.507,54

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026



AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	87.890.000,00	109.854.800,00	0,5859	114.415.500,00	INF	121.085.923,65	5,83	129.356.092,25	6,83	139.484.674,27	7,83
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	87.340.279,00	109.266.190,00	0,5662	109.642.512,00	INF	116.034.670,45	5,83	123.959.838,46	6,83	133.665.893,81	7,83
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	87.890.000,00	109.854.800,00	0,5650	114.415.500,00	9.128,55	121.085.923,65	5,83	129.356.092,25	6,83	139.484.674,27	7,83
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	86.942.300,00	107.633.800,00	0,5527	111.989.500,00	8.720,84	118.518.487,85	5,83	126.613.300,57	6,83	136.527.122,00	7,83
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	397.979,00	1.632.390,00	0,0135	-2.346.988,00	294,43	-2.483.817,40	5,83	-2.653.462,11	6,83	-2.861.228,19	7,83
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	47.527.408,26	47.014.208,37	-1,08	41.250.963,21	-12,26	41.250.963,21	0,00	44.068.404,00	6,83	47.518.960,03	7,83
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	55.636.514,51	41.761.408,15	-24,94	50.382.793,51	20,64	50.382.793,51	0,00	53.823.938,31	6,83	58.038.352,68	7,83
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	397.979,00	1.632.390,00	0,0135	-2.346.988,00	294,43	-2.483.817,40	5,83	-2.653.462,11	6,83	-2.861.228,19	7,83

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	87.890.000,00	109.854.800,00	0,5859	114.415.500,00	INF	133.866.135,00	17,00	153.276.724,81	14,50	174.413.585,16	13,79
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	87.340.279,00	109.266.190,00	0,5662	109.642.512,00	INF	128.281.739,04	17,00	146.882.591,40	14,50	167.137.700,75	13,79
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	87.890.000,00	109.854.800,00	0,5650	114.415.500,00	9.128,55	133.866.135,00	17,00	153.276.724,72	14,50	174.413.585,06	13,79
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	86.942.300,00	107.633.800,00	0,5527	111.989.500,00	8.720,84	131.027.715,00	17,00	150.026.733,82	14,50	170.715.420,41	13,79
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	397.979,00	1.632.390,00	0,0135	-2.346.988,00	294,43	-2.745.975,96	17,00	-3.144.142,42	14,50	-3.577.719,66	13,79
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	47.527.408,26	47.014.208,37	-1,08	41.250.963,21	-12,26	48.263.626,96	17,00	55.261.852,86	14,50	62.882.462,37	13,79
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	55.636.514,51	41.761.408,15	-24,94	50.382.793,51	20,64	58.947.868,41	17,00	67.495.309,33	14,50	76.802.912,49	13,79
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	397.979,00	1.632.390,00	0,0135	-2.346.988,00	294,43	-2.745.975,96	17,00	-2.653.462,11	14,50	-3.577.719,66	13,79

FONTE: Sistema: Sistema CONTABIL, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ, Data de Emissão: 15/04/2025 e hora de emissão 07:47:10.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ-BA

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Demonstrativo 4(LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDADO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	(5.643.071,04)	100,00	(26.335.797,72)	100,00	(17.499.970,60)	100,00
TOTAL	(5.643.071,04)	100,00	(26.335.797,72)	100,00	(17.499.970,60)	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDADO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ - BA
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2026

AMF - Demonstrativo 5(LRF, art4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

RECEITAS FISCALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DEPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2024 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2023 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2022 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo	NADA	A	REGISTRAR
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
ADMINISTRAÇÃO (V)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (VI)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários	NADA	A	REGISTRAR
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	2022	2023	2024
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (IX)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (X)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XI) = (IX + X)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
ADMINISTRAÇÃO (XII)			

Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XIII)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)²			
---	--	--	--

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO	2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) +

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) +

FONTE: LDO 2025

Lei Complementar nº 101/00

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ - BA
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2026

AMF – Tabela 7(LRF, art4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
NADA A REGISTRAR						
TOTAL			0,00	0,00	0,00	-

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÃ - BA
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2026

AMF – Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	6.670.423,65
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	1.509.908,78
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.160.514,87
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	5.160.514,87
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	5.160.514,87

FONTE: